



***ENTRE MINAS E MANAS: EXPERIÊNCIA FEMININA E
SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA NAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS DE 2016 EM
MINAS GERAIS***

***ENTRE MINAS Y MANAS: EXPERIENCIA FEMENINA Y
SUBJETIVACIÓN POLÍTICA EN OCUPACIONES SECUNDARIAS EN 2016 EN
MINAS GERAIS***

***BETWEEN MINAS AND MANAS: FEMALE EXPERIENCE AND
POLITICAL SUBJECTIVATION IN SECONDARY OCCUPATIONS IN 2016 IN
MINAS GERAIS***

Karoline Rebecka Siqueira Ferreira¹

Luís Antonio Groppo²

RESUMO

Tendo como tema a atuação das meninas no movimento das ocupações secundaristas no Brasil, mais precisamente no Estado de Minas Gerais em 2016, este artigo analisa entrevistas realizadas pela pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016”, com nove meninas que ocuparam escolas mineiras, com o objetivo de compreender o processo de subjetivação política vivenciado por essas meninas. Como referenciais teóricos, a sociologia da juventude, os estudos de Judith Butler e a concepção de subjetivação política de Jacques Rancière. As entrevistas contaram com o apoio do software MaxqDa para a análise, com base nas seguintes categorias: experiência feminina; feminismo; práticas políticas e relações de gênero. Entre os resultados, destaca-se o reconhecimento da relevância do feminismo no processo de subjetivação política vivenciado pelas jovens durante as ocupações secundaristas, o que foi determinante para a sua constituição como sujeitas dotadas de direitos, de poder e livres do assujeitamento. **PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo. Juventude. Ocupações secundaristas.

1 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas–UNIFAL-MG. Pedagoga pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Única - Instituto Prominas. Especialista em Filosofia para o Ensino Médio, pela Universidade Federal de São João Del Rei.

2 Professor da UNIFAL-MG (Universidade Federal de Alfenas). Pesquisador do CNPq. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1996). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1992).

RESUMEN

Teniendo como tema el papel de las niñas en el movimiento de ocupaciones secundarias en Brasil, más precisamente en el Estado de Minas Gerais en 2016, este artículo analiza entrevistas realizadas por la investigación “Ocupaciones secundarias en Brasil en 2015 y 2016”, con nueve niñas que ocuparon escuelas en Minas Gerais, con el objetivo de comprender el proceso de subjetivación política vivido por estas niñas. Como referentes teóricos, la sociología de la juventud, los estudios de Judith Butler y la concepción de subjetivación política de Jacques Rancière. Las entrevistas fueron apoyadas en el software MaxqDa para su análisis, basado en las siguientes categorías: experiencia femenina; feminismo; prácticas políticas y relaciones de género. Entre los resultados, se destaca el reconocimiento de la relevancia del feminismo en el proceso de subjetivación política vivido por las mujeres jóvenes durante ocupaciones secundarias, lo que fue decisivo para su constitución como sujetos dotados de derechos, de poder y libres de sometimiento.

PALABRAS-CLAVE: Feminismo. Juventud. Ocupaciones secundarias.

ABSTRACT

Having as its theme the role of girls in the movement of secondary occupations in Brazil, more precisely in the State of Minas Gerais in 2016, this article analyzes interviews carried out by the survey “Secondary student occupations in Brazil in 2015 and 2016”, with nine girls who occupied schools in Minas Gerais, with the objective to understand the process of political subjectivation experienced by these girls. As theoretical references, the sociology of youth, the studies of Judith Butler and the conception of political subjectivation by J. Rancière. The interviews were supported by the MaxqDa software for analysis, based on the following categories: female experience; feminism; political practices and gender relations. Among the results, the recognition of the relevance of feminism in the process of political subjectivation experienced by young women during secondary occupations, which was decisive for their constitution as subjects endowed with rights, power and free from subjection.

KEYWORDS: Feminism. Youth. Secondary occupations.

Introdução

O objetivo do artigo é o de analisar e compreender o processo de subjetivação política vivenciado por meninas secundaristas durante o movimento das ocupações estudantis em Minas Gerais, em 2016. Ele foca a experiência feminina nas ocupações secundaristas, quando procuramos interpretar como as ocupações estudantis secundaristas, parte da chamada Primavera Secundarista, influenciaram no processo de formação política e na constituição das identidades de adolescentes e jovens autodeclaradas do gênero feminino.³

³ O tema da importância das meninas e do feminismo no ciclo de ocupação estudantil é abordado desde o primeiro movimento, em São Paulo no final de 2015, ao menos desde o clássico documentário de “Lute

Tendo como tema a atuação das meninas no movimento das ocupações secundaristas no Brasil, mais precisamente no Estado de Minas Gerais em 2016, este artigo analisa entrevistas realizadas pela pesquisa nacional “Ocupações secundaristas em 2015 e 2016: formação e auto-formação das/dos ocupas”.⁴ Este artigo analisou nove das 80 entrevistas realizadas com jovens que, em 2015 e 2016, ocuparam suas escolas: foram entrevistas semiestruturadas realizadas pela pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016”, em 2019 e 2020, em dez estados do país. Mais precisamente, analisamos as entrevistas com nove meninas que ocuparam escolas mineiras.

Consideramos que o processo de subjetivação política (Jacques Rancière, 1994), vivenciado por adolescentes e jovens no interior do movimento das ocupações, foi atravessado pela reflexão e redefinição dos papéis sociais destinados às mulheres. Como se verá, isso se deu pelo acesso aos princípios e práticas feministas ao longo de suas vidas, o que foi aprofundado durante o movimento. Esse processo se deu através da desidentificação e constituição de novas identidades, funções, práticas e condutas, que permitiram o estabelecimento, durante esse movimento, de relações de igualdade no acesso aos espaços de participação, organização, poder político e social.

Esse processo de reflexão, crítica e reconfiguração dos papéis sociais e políticos se deu, justamente, devido à forte presença feminina, que trouxe à tona reflexões e tensões, com vistas à garantia do acesso delas aos espaços de atuação e poder político-social, bem como pela constituição de uma ética da convivência feminista, na qual o conjunto de práticas estava alinhado às lutas feministas, constituindo assim, um modo de resistência também feminista, popular e interseccional. Ainda que esta dinâmica não tenha se dado de forma linear nem tampouco sem contradições, ainda assim, foi capaz de reconfigurar as perspectivas acerca dos papéis, identidades e condutas normatizadas pela nossa sociedade.

Este artigo busca oferecer contribuições relevantes para o estudo das ações coletivas, bem como dos movimentos sociais protagonizados pelas adolescentes e jovens de nosso país. Temos verificado que as mulheres, sejam elas adolescentes, jovens ou adultas, vêm assumindo uma posição de protagonismo político. Tal posição se torna mais acentuada a partir da Primavera Feminista, movimento ocorrido no ano de 2015, movido

como uma menina”, dirigido por Beatriz Alonso e Flávio Colombini (disponível em: <https://libreflix.org/i/lute-como-uma-menina>).

⁴ Pesquisa realizada entre março de 2019 e fevereiro de 2022, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mais resultados da pesquisa podem ser encontrados em <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/>

pela insatisfação das mulheres em relação ao projeto político conservador em andamento no Congresso Nacional, por iniciativa do então deputado e presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que representava retrocessos na garantia de direitos das mulheres. A Primavera Secundarista emerge a partir das reflexões que já vinham sendo feitas pelas mulheres, como a resistência à retirada de direitos e contra o machismo estrutural, resultando, entre outros, na configuração do movimento estudantil sob a perspectiva da ética e da organização feminista. Ainda sob os efeitos da Primavera Feminista, já após o movimento das ocupações, o movimento #EleNão sai em defesa da democracia e contra a candidatura de extrema-direita nas eleições presidenciais de 2018, tentando – ainda que em vão, desta vez – se insurgir contra a onda conservadora no país.

Através de nossos estudos, constatamos que houve uma mudança no cenário político e social vivenciado no Brasil contemporâneo, no qual as mulheres têm ultrapassado sua condição de sub-representatividade, graças às suas lutas em busca da garantia da igualdade de gênero como instrumento da efetivação da democracia. Elas também têm assumido posições de destaque e liderança nas movimentações, tanto pró-políticas públicas, como em defesa da democracia do país.

Assim, entendemos que nossa pesquisa se estabelece como um recurso importante para compreender essa mudança na constituição das meninas/mulheres como sujeitas dotadas de direitos e de poder político, em oposição ao seu histórico processo de assujeitamento. Verificamos aqui, mais especificamente, como a sua autoconstituição e autoformação se deram a partir do movimento das ocupações secundaristas, questionando o quanto esta atuação influenciou na constituição de suas subjetividades e identidades.

Acerca do processo de construção de sujeitos políticos em oposição ao assujeitamento, entendemos que ele se dá, em primeiro lugar, por meio da socialização dos indivíduos nos espaços institucionais que compõem a sociedade. A partir dessa socialização, as pessoas vão se apropriando dos conceitos, das regras e códigos que compõem a sociedade, assim como também por meio da crítica e da contestação desse sistema de códigos e/ou até mesmo pela reinterpretação dos significados hegemônicos que compõem essa sociedade. As ocupações secundaristas no Brasil se estabeleceram justamente como esse elemento de contradição e/ou contestação em relação à ordem social e política estabelecida, o que por sua vez contribuiu para o processo de desidentificação com os papéis sociais estabelecidos pela sociedade, o que veio a promover o abalo ou rompimento com as funções sociais esperadas pela dita normalidade. (Rancière, 2016).

Além de Rancière, foram fundamentais os conceitos desenvolvidos pela sociologia da juventude (Grosso; Silveira, 2020) a respeito do jovem como sujeitos social, da dialética da condição juvenil e da diversidade das formas de se viver a juventude. Também, as discussões de Judith Butler (2019a, 2019b) acerca das categorias gênero, feminismo e performatividade de gênero e política. Finalmente, Ângela Davis (2017) contribuiu com os elementos necessários para a compreensão dos aspectos do Feminismo Negro e da Interseccionalidade em nossa pesquisa.

Mais especificamente, a respeito de Judith Butler (2019a), ela compreende o sujeito não como um indivíduo, mas sim como uma estrutura linguística em formação, em que sua subjetividade é considerada como um eterno devir. Para ela, da mesma forma, sexo e sexualidade não são consideradas como entidades fixas, mas construídas no interior da linguagem e do discurso, entendidas como efeitos e não causas de instituições, discursos e práticas. Deste modo nós, como sujeitos, não criamos essas condições, mas sim, elas é que nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, sexualidade ou gênero. Esse fenômeno é produzido e reproduzido durante todo o tempo, configurando com isso o gênero como um gesto performativo que produz significados.

Na análise das entrevistas com as nove meninas “secundas” de Minas Gerais, criamos as categorias que atenderiam, no nosso entender, aos objetivos definidos em nossa pesquisa: experiência feminina; feminismo; práticas políticas e relações de gênero. O software de análise qualitativa MaxqDa foi o instrumento de codificação utilizado em nossa pesquisa para essa análise qualitativa.

Entre minas e manas: trajetórias e atravessamentos

Nossa pesquisa se fez entre as histórias de “minas” que se fizeram “manas”, na luta não somente por uma educação pública de qualidade, mas também pela busca da igualdade de direitos, de condições de vida, de valorização pessoal e coletiva, de acesso às instâncias de poder e decisão. Para as minas que participaram das ocupações, a Primavera Secundarista promoveu o rompimento, ainda que temporário, durante o tempo do movimento, com um mundo de opressão, dominação e determinação de suas vidas. Mundo implementado por pessoas adultas, bem como pelas regras definidas pela masculinidade hegemônica e pela cisheteronormatividade que, desde o nascimento delas, lhes diziam quem deveriam ser, como agir, como pensar, o que não fazer, o que não desejar, o que não sonhar.

As minas se fizeram manas quando reconheceram que suas dores, dificuldades e vulnerabilidades, assim como os desejos, os descontentamentos e as vontades, não eram somente suas, eram partilhadas por muitas outras. Ao se vislumbrar nos rostos umas das outras, as “minas secundas” entenderam que precisavam estar unidas. Unidas, primeiramente, pela necessidade do amparo e do acolhimento, diante da partilha de suas dificuldades, que se aprofundaram diante dos reveses pelos quais passariam juntas. Posteriormente, por compreender que somente juntas poderiam se apoiar e superar os desafios que lhes eram impostos e construir as condições necessárias para uma nova sociedade, em que mulheres e homens seriam igualmente respeitados, e principalmente em que todas as suas manas pudessem ser e estar, segundo suas vontades e necessidades.

A Primavera Secundarista também demonstrou o quanto o machismo pode ser violento. Foi através das ameaças recebidas, em noites silenciosas durante as ocupações, que as meninas entenderam que o estupro ou sua ameaça é um recurso utilizado para a coerção e punição. Entenderam também que meninas e mulheres sempre serão “vagabundas” quando se opuserem às vontades e aos privilégios dos homens, não importando se, em outros momentos, são comportadas, gentis e sorridentes.

QUADRO 1 - Caracterização de meninas “secundas” de Minas Gerais que concederam entrevistas (2019)

| Pseudônimo | Idade | Raça/cor | Município | Atuação na ocupação |
|-------------------|-------|----------|-----------------|--|
| Ana Clara | 18 | Branca | Juiz de Fora | Ocupou escola da qual não era estudante, após o início da ocupação, como tarefa da UJS [União da Juventude Socialista], atuando em várias comissões. |
| Beatriz | 19 | Negra | Poços de Caldas | Comissões de limpeza e alimentação. Participou de todas as oficinas |
| Carolina de Jesus | 19 | Branca | Poços de Caldas | O Grêmio organizou a ocupação. Atuação de liderança. Também ocupou a SRE (Superintendência Regional de Ensino). |
| Cássia Eller | 19 | Branca | Belo Horizonte | Independente, ajudou a organizar a ocupação de sua escola, que não tinha grêmio. |
| Elionor | 18 | Branca | Belo Horizonte | Direção do Grêmio, que organizou a ocupação. Coordenou as oficinas e a comissão de comunicação: |

| | | | | |
|----------|----|--------|-----------------|---|
| Fernanda | 19 | Branca | Sul de MG | Independente, ajudou a organizar a ocupação de sua escola, que não tinha grêmio. |
| Khalo | 21 | Branca | Poços de Caldas | Começou a participar depois da ocupação ter se iniciado, na comunicação e intercâmbio, além das oficinas e da criação de horta na escola. Ocupou a SRE. |
| Nakas | 20 | Branca | Poços de Caldas | Se inseriu depois e participou da comissão de segurança e alimentação, bem como de reuniões com outras escolas ocupadas e da ocupação da SER. |
| Pagu | 18 | Branca | Poços de Caldas | Atuou em todas as comissões, desde o início da ocupação. |

Fonte: Pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016”.

O quadro 1 apresenta quem foram as nove meninas de Minas Gerais que concederam entrevistas para a pesquisa, ao longo de 2019, que serão analisadas aqui.

Formação e auto-formação política

A subjetivação propiciada pelo feminismo nas meninas “secundas” durante o movimento das ocupações foi objeto de análise de pesquisadoras e pesquisadores. A pouca idade dessas meninas e o recorrente relato da ausência de uma ação pedagógica institucional em torno da formação de um pensamento crítico e/ou da problematização de pensamentos e práticas sexistas, ou até mesmo acerca do feminismo, fizeram desse tópico um ponto de debate, gerando concordâncias e discordâncias. Algumas das pesquisas explicaram a apropriação do feminismo em momento anterior ao das ocupações, por meio de fontes diversas, inclusive reação ao machismo e abusos vividos nas famílias e outros ambientes. (Francine Altheman; Ângela Marques, 2021, Renata D’Ávilla, 2016, Isabella Silveira, 2019). Outras afirmavam que este contato teria ocorrido apenas durante as ocupações, a partir das formações e debates realizados durante o movimento.

As entrevistas com as nove secundas mineiras reiteraram a primeira posição, ou seja, o de que a apropriação – ainda que inicial – do feminismo foi anterior ao movimento. A maioria desses relatos afirma que as reflexões acerca do feminismo ocorreram desde a infância, como efeito do rechaço às relações machistas produzidas e reproduzidas no interior das famílias. Essa aproximação com o feminismo, na memória das meninas, não

se deu necessariamente pelo contato direto com as teorias e práticas políticas feministas. Outro aspecto relevante, vivido em alguns casos, foi a influência do rompimento vivido por algum integrante do núcleo familiar em relação aos papéis esperados de gênero e orientação sexual:

[...] eu vivenciava isso em casa. Por exemplo, meus pais são, vamos supor, são bem mais velhos que eu, cara. Então tem uma vivência bem diferente da minha e aí a gente percebe um pouquinho de machismo ali. Por exemplo, dos meus avós também, e eu fui tentando quebrar isso aos poucos. Tanto que hoje é bem diferente em casa. (Beatriz, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

E é pela minha mãe. Em 2014, minha mãe começou a namorar uma mulher. Então, aí eu comecei a defender mais esta causa. Por exemplo, eu mudei a minha posição sobre o aborto. Foi tudo por causa da L. (Carolina de Jesus, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

Podemos inferir que a formação dessas jovens meninas, no âmbito das ideias e práticas feministas, pode ter sido iniciada com a crítica acerca da posição da mulher no âmbito das relações familiares, a partir do incômodo diante da subordinação e da desigualdade a qual, muitas vezes, estavam submetidas em suas casas e na relação com seus familiares. Essa capacidade em reconhecer e sentir desde muito cedo, já em seu núcleo familiar, a influência das desigualdades entre homens e mulheres, e os prejuízos que essa perspectiva causa em suas vidas, foi posteriormente aprofundada no encontro e na partilha de experiências com seus pares e com docentes, durante a vivência escolar e nas ocupações secundaristas.

A experiência formativa vivenciada nas escolas pelas meninas “secundas” foi bastante analisada por Altheman e Marques (2021), D'Ávilla (2016) e Ana Paula Santos e Cynthia Miranda (2017). Segundo elas, a escola se ausentou do debate acerca da desigualdade de gênero dentro do cotidiano escolar, tanto pelo corpo docente, quanto pela constituição de práticas pedagógicas institucionais. Contudo, a partir das entrevistas das jovens mineiras, foi possível identificar um movimento diferente do mencionado por estas autoras, visto que os relatos das jovens acerca de seus processos formativos, no que tange à política e à crítica social, demonstram que houve ações pontuais dentro das instituições escolares, que se propunham a debater e problematizar os papéis de gênero na sociedade e na escola, além de ofertar formação sobre os temas feminismo, racismo, homofobia e transfobia, entre outros conteúdos relacionados aos direitos humanos. Especialmente docentes das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Geografia e Artes recebem menções.

Quando eu fiz 15 anos, eu fiz uma peça de teatro feminista, o elenco todo era de mulheres, nós pesquisamos sobre mulheres, mulheres importantes na história e na música. [Sua personagem foi Cássia Eller]. Ela é muito autêntica. Foi uma aula que foi apresentada a Janis Joplin. Todas. Joana D'Arc, todas essas mulheres que, quando escutam o nome, mesmo sem saber a história, nos remetem para algum lugar. Isso foi muito importante, porque esta professora minha, que foi a diretora do espetáculo: “Olha gente: esta é a diferença de feminismo para machismo. O que é, isso é o machismo, ele age desse jeito” - em uma linguagem muito fácil para pessoas de 15 anos. E até hoje eu conheço esta professora, e ela tem muita preocupação com pessoas da idade que eu tinha na época. Ela foi muito importante. (Cássia Eller, entrevista, Belo Horizonte, 2019).

Durante as entrevistas, quando perguntadas sobre quem seriam as pessoas que foram importantes para a sua formação política e crítica, a maioria das jovens apresentou o nome de uma professora ou professor como tendo contribuído para a sua formação. É importante destacar que elas mencionam raramente a escola como um ambiente de promoção de pensamento crítico. Ou seja, docentes foram de grande relevância na formação política e até mesmo para o contato com o feminismo para estas meninas, mesmo diante da ausência de um projeto pedagógico crítico institucional. Parte de tais docentes ainda continuaram importantes na formação política, durante as ocupações, por terem dado apoio ao movimento.

Em geral, os relatos das jovens acerca dos seus processos formativos desvelam que, por mais que a estrutura educacional não tenha interesse algum em promover uma educação voltada para o pensamento crítico, para a cidadania real, não somente teórica, ações pontuais, desenvolvidas mesmo que por poucos profissionais, são capazes de promover a formação de aptidões para a crítica, a reflexão e a produção de novos conhecimentos, ideias, valores e práticas. Desta forma, consideramos que a Escola como instituição não se interessou em garantir uma formação política e cidadã entre suas e seus estudantes, contudo, docentes que tinham comprometimento com a partilha do sensível e a visibilização de sujeitos e discursos, se estabeleceram como dissenso e convidaram estudantes tanto para essa partilha, quanto para o lugar de dissenso em relação à ordem social.

Nos relatos das jovens, algumas parcerias entre docentes e estudantes contribuíram de forma mais evidente para a mudança ocorrida no pensamento e nas práticas políticas e de vida das meninas. Das nove entrevistas analisadas, seis entrevistadas destacaram a importância de algum docente para a sua formação política e para sua vida. E dentre as seis jovens, duas relatam a construção de um projeto voltado

para a criação de um aplicativo de conscientização e denúncia de casos de violência e abuso contra a mulher. Outras duas relatam terem produzido espetáculos teatrais com temática feminista, juntamente com um ou um docente.

Podemos concluir que o processo formativo vivenciado pelas jovens “secundas”, que atuaram nas ocupações secundaristas do estado Minas Gerais, foi construído desde a infância, na maioria das vezes, a partir do reconhecimento da presença de práticas machistas e sexistas nas relações familiares, ou por situações de violência e/ou abuso contra meninas e mulheres; assim como também através do rompimento de algum integrante do núcleo familiar com papéis sociais de gênero, definidos pela matriz cisheteronormativa, como no estabelecimento de relações homoafetivas, ou pela negação e subversão desses papéis. Esses elementos foram capazes de despertar processos reflexivos nas jovens, que as conduziram para o feminismo e suas reflexões, ainda que nem sempre por meio do conhecimento direto de suas teorias e práticas políticas. Seus processos formativos, sendo iniciados na infância, foram aprofundados no ambiente escolar a partir de ações pontuais de professoras e professores, que se posicionaram como propiciadores do dissenso diante das instituições escolares e seus projetos político-pedagógicos.

É importante destacar que a contribuição de docentes gerou um aprofundamento de reflexões que vinham sendo realizadas de forma pouco sistemática, quando docentes apresentaram os conceitos feministas de forma mais consistente. Esse processo também ocorreu durante as ocupações, lembrando que durante as assembleias, aulões e rodas de conversa, houve espaços para que o feminismo fosse debatido, tanto quanto outras pautas identitárias e os direitos humanos. Esses espaços formativos criados durante as ocupações tiveram a contribuição de docentes que lecionaram nas próprias unidades, ou pessoas convidadas, tais como lideranças de movimentos sociais, sindicatos e coletivos, que fomentaram o aprofundamento do processo formativo tanto das meninas quanto dos meninos que participavam das ocupações.

As oficinas, eu acho que foi uma porta essencial para a escola, enfim, entender o que estava acontecendo. O diretor estava ciente, os funcionários estavam cientes, os professores estavam cientes, porém os alunos que estavam do lado de fora achavam que era graça nossa [...] Quando eu entrei, eu entrei sabendo muito pouca coisa. Então conforme foi tendo oficinas, a gente foi chamado alunos. Para isso a gente tinha meio que um treinamento, a gente passava por palestras com advogados, com o P., que falava muito sobre política com a gente, o diretor conversava muito com a gente quando ele ia lá ver como estava a situação, a esposa dele. [...] A gente fez horta comunitária, a gente fez brincadeiras, chamamos pais para reunião e teve muita bobagem nas

reuniões, passamos muito nervoso, mas eu acho que valeu a pena no final, pela aprendizagem que a gente levou. Em questão de abrir os horizontes e enxergar realmente o mundo como ele é, valeu muito a pena. (Khalo, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

Eu lembro que foi feminismo, foi ali que eu também dei uma acordada... feminismo, racismo, sobre o nosso papel na escola, mesmo o que a gente estava fazendo, até sobre cuidar de plantinha, nossa! Muita coisa legal! (Fernanda, entrevista, interior de Minas Gerais, 2019).

Outro aspecto que contribuiu em especial para o processo formativo das meninas, foi a Primavera Feminista, responsável por aproximar as meninas e mulheres de debates acerca do feminismo, das relações de gênero e do movimento LGBTQIAPN+, por meio das campanhas propagadas pelas redes sociais e pelos grandes atos públicos. Além da efervescente onda de debates promovida por movimentos feministas, os meios de comunicação, inclusive revistas tradicionais, passaram a veicular conteúdos relativos a temáticas relacionadas aos direitos humanos, inclusive as questões de gênero e do feminismo. Atravessaram a literatura e foram parar, como Marcielly Moresco (2020) descreve, em magazines como Capricho, Atrevida e Viração. Tais produtos também contribuíram para a formação de meninas, meninos e jovens segundo os princípios da alteridade, do respeito mútuo e do seu empoderamento.

Do machismo ao desencanto na trajetória feminina

Tentaram grampear o celular da L. também, e é em questão de chamar a gente de “Putinhas”, teve bastante, então a gente recebeu bastante xingamentos. Bastante. (Beatriz, entrevista Poços de Caldas, 2019).

Como já vimos, as jovens foram capazes de reconhecer muito cedo as expressões do machismo, do sexismo e da violência contra mulher. E, durante a Primavera Feminista, tiveram acesso a debates sobre os temas em diversos meios, das redes sociais às mídias comerciais tradicionais. As jovens “secundas” atuantes nas ocupações também tiveram acesso a essa efervescência de pensamentos, baseados na crítica à masculinidade hegemônica e suas implicações na vida de meninas, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

Essa masculinidade hegemônica e seus subprodutos - o machismo, o sexismo, o abuso e a violência de gênero - também estiveram presente nas ocupações secundaristas. Isto reforçou a necessidade da organização das meninas, conforme D’Ávila (2018) já havia demonstrado, para garantir assim o seu espaço de protagonismo e liderança no movimento, assim como também de negação aos papéis sociais impostos ao gênero

feminino pela masculinidade hegemônica. Nas entrevistas, as jovens demonstraram que esses subprodutos da masculinidade hegemônica se manifestaram de diferentes formas durante as ocupações. Inicialmente, as jovens não tiveram resistência por parte dos meninos em relação a sua participação e até mesmo sua liderança, tampouco buscaram reproduzir os papéis sociais na distribuição de tarefas. As formas manifestas do machismo, durante as ocupações, se deram mais por parte das pessoas externas ao movimento do que pelas participantes do movimento. Ainda assim, houve relatos sobre machismo dentro das ocupações, normalmente resolvidos por rodas de conversa. Mas nem sempre isso foi suficiente:

[...] uma pessoa chegou a ser expulsa. Era um cara muito machista [...] Eu não sei se foi exatamente isso, mas ele foi bem babaca com várias pessoas. E a gente tentava reeducar ele, aí chegou uma hora que foi o limite mesmo. (Elionor, entrevista, Belo Horizonte, 2019).

As expressões do machismo mais comuns relatadas pelas jovens na literatura sobre as ocupações foram as ameaças de cunho sexual: o assédio sexual ou a sua tentativa; o assédio verbal; a perseguição seguida de ameaça. Nas entrevistas com as nove secundas mineiras, as expressões de machismo mais presentes foram: a negação do papel feminino como liderança; a negação da relevância das ocupações, devido à presença feminina como liderança e linha de frente do movimento; o assédio verbal e a perseguição seguida de ameaças.

[...] Na ocupação não. De dentro não, mas de fora sim. Tinha muita gente que ia lá e falava que a gente não sabia o que fazer, porque quem estava na frente era mulher. Que a gente estava só exaltando. Era só de momento e tal, que não ia ter força pra continuar, porque na linha de frente todas eram mulheres. E aí eu senti um pouquinho disso. Mas do pessoal de dentro não. [...] os meninos de dentro mesmo sempre ajudaram bastante. Nossa! Não tem do que reclamar deles. Em questão tipo, eu achei que ia ser até um pouco machista, em questão da limpeza e tal, mas os meninos iam lá e pegavam e limpavam o banheiro. (Beatriz, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

Os relatos das jovens ilustram mais uma face perversa do machismo e do mundo adulto. As jovens, na época das ocupações, tinham entre 15 e 17 anos, e vivenciaram tentativas de intimidação, coerção e amedrontamento, por parte tanto de jovens como de pessoas adultas. Groppo (2015, p. 7), ao analisar as teorias críticas da juventude, menciona que a juventude é um momento crucial em suas vidas, visto que é neste período que os sujeitos adquirem “padrões inconscientemente condensados,” por meio do acúmulo de experiências sociais que, pela primeira vez na vida, são conscientemente recebidas. Groppo (2015) demonstra que estes padrões acumulados se constituem como

fundamento ou base de análise sobre a qual as futuras experiências sociais serão avaliadas pelos indivíduos. Desta forma, na juventude - momento do ciclo da vida em que as meninas “secundas” estavam ingressando - os valores sociais da realidade são apropriados por jovens por meio da vinculação experimental com a realidade. Isso difere a juventude da adultez: na adultez, os indivíduos tendem a julgar as novas experiências sociais com base em padrões já sedimentados.

Desta forma, podemos verificar que as jovens “secundas”, expostas ao medo e à tensão vivenciados durante as ocupações, evidentemente ainda não possuíam condições emocionais, cognitivas e até mesmo físicas para elaborar as experiências dolorosas vivenciadas nas ocupações, por isso, em muitos casos, elas desenvolveram esse processo de vinculação experimental de forma conturbada e até mesmo traumática. Essas experiências negativas pelas quais meninas e meninos ocupas passaram, trouxeram problemas já durante as ocupações e, depois, no pós-ocupação. Podemos observar uma tendência ao afastamento da atuação política por parte relevante das e dos secundas, em decorrência principalmente dessas experiências traumáticas.

Teve uma parte que a gente fez uma palestra ao público que a gente abriu a quadra e a gente teve que fazer barreiras de carteiras para o povo não tentar invadir a ocupação. Para chamar os pais a gente ficou com medo, porque a gente estava recebendo ameaças de invasão. A gente recebeu durante os 21 dias ameaça de invasão. Então, por isso que a gente tinha ronda e tudo. Aí teve uma época [...] que a gente estava escutando ameaça de carro, a gente trancou todas as portas e colocou todo mundo dentro colégio. (Khalo, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

Ameaças durante as ocupações, esses foram os nossos maiores medos, e de noite, quando tentavam assustar a gente com bombinhas, tentando entrar na escola. Foi bem difícil nessa parte. (Pagu, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

[...] a gente também estava com medo de deixar outras pessoas entrar porque estava tendo ameaça de grupos de WhatsApp, que iam chegar lá e esfaquear a gente. Nunca foram, mas tinha ameaça e a gente tava bem receoso. (Nakas, entrevista Poços de Caldas, 2019).

O medo, as ameaças. Igual eu falo, o que mais me marcou, assim, foi no primeiro instante, eu vi um menino tentando colocar fogo nas coisas, porque ele ia colocar fogo na escola. Se ele conseguisse, se ninguém segurasse ele, ele colocaria fogo na gente. E ver também a polícia falando que se a gente não saísse, eles tirariam a gente à força. Foi saber que eles são agressivos. A gente tenta colocar aula, por exemplo, para alunos lá dentro, aulas de professores voluntários. Mesmo com os alunos recebendo presença, tocaram uma bomba de fumaça lá dentro que assustou todo mundo e os alunos saíram correndo. Na hora, a gente pediu para eles manterem a calma. Toda noite passava gente encarando

a gente. Passava a gente e parava com carro lá na frente. Uma vez apareceu um menino lá com uma máscara: parou lá em frente para assustar com uma máscara. Era uma máscara tipo de uma caveira, com olho preto para assustar mesmo o pessoal. Fazia de tudo para assustar. Passava de carro toda hora e parava lá para ficar olhando. (Carolina de Jesus, entrevista Poços de Caldas, 2019).

Esse processo de intimidação e coerção provocou muitos traumas nas jovens. Um dos relatos mais fortes a esse respeito é o da jovem Khalo (entrevista, Poços de Caldas, 2019), ao relatar que toda a pressão recebida pelas tentativas de invasão e ameaças constantes geraram profundo estresse entre participantes da ocupação, ao ponto de ocorrerem surtos nervosos como consequência.

Eu acho que a parte da frustração foi em relação aos surtos que tiveram, que deu um pouco de receio, medo. Fora que também, depois que acabou a ocupação, a gente se dividiu, sabe? Foi um para cada lado, a gente perdeu o contato, então, tipo assim, a gente acabou... Eu nunca quis dizer isso, mas é a realidade, a gente acabou esquecendo o movimento, entendeu? Esquecendo da luta em si. [...]. Cada um vai seguir seu caminho, umas foram fazer outras coisas, outras foram fazer faculdade, A gente esqueceu. (Khalo, entrevista Poços de Caldas, 2019)

Como resultado de toda a pressão e sofrimento infligido durante as ocupações secundaristas, número relevante de secundas se afastaram da atuação política e de movimentos sociais, buscando assim a superação de seus traumas. Contudo, ainda assim reconhecem que as ocupações foram um espaço de profundo crescimento pessoal, em que puderam aprender sobre o funcionamento das políticas públicas, sobre a cidadania e a importância da mobilização para as transformações sociais, além da possibilidade de outras formas de educação, na qual estudantes também podem fazer parte ativa, ao invés de meros receptores de conteúdos.

Eu acho que eu comecei ver as coisas diferentes [...], eu comecei a lutar pelas coisas que eu gosto, pelo que eu sinto, mostrar isso para as pessoas. Tanto que faz um ano e pouquinho que eu sofri muito por conta da minha sexualidade, porque assim, eu namorava com homens e, como minha mãe disse, “do nada você começa a namorar mulher?!” [...]. E depois que eu fiz psicologia, eu me desconstruí. [...] até os meus 16 anos, eu fui o que meus pais queriam. Depois disso é que eu tenho noção do que eu sou e eu vou me construir. Então, você joga fora tudo que ensinaram e pega outra coisa. Então eu sofri muito, meu pai deixou de pagar a minha faculdade. [...] Eu aprendi com as ocupações que o que é meu, é meu por direito, ninguém está me dando e ninguém vai me tirar, porque é meu. (Khalo, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

Depois da ocupação a gente montou por um tempo um coletivo feminista na escola. Mas como eu disse, [o grêmio] foi antes da

ocupação. Depois da ocupação, a gente não quis, não quis fazer nada por causa das ameaças que a gente teve. Então, na verdade, eu não fiz parte de nenhum coletivo. Algumas pessoas que estavam passando na ocupação se afastaram, outras se reaproximaram. A C. se aproximou do Levante. A T. montou o coletivo feminista. Mas eu e a L., que fomos as lideranças, que sempre teve muitos olhos para gente e muitas ameaças, a gente quis recuar. (Carolina de Jesus, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

De nossa parte, destacamos como mais um aspecto positivo, a superação dos papéis sociais pré-determinados pela matriz heteronormativa hegemônica por parte das meninas, com a ampliação das possibilidades de ser, existir, pertencer e fazer. Também, o reconhecimento das inúmeras possibilidades de vínculos afetivos e sexuais, para além das permitidas pela inteligibilidade cultural. O relato de Carolina de Jesus indica que, além de outras secundas terem continuado o engajamento político, parece haver naquelas que se afastaram, uma disposição para novas formas de atuação política e participação em movimentos sociais.

De “minas a “manas”: do renascimento ao poder

As ocupações secundaristas favoreceram a partilha de conceitos, ideias, valores, práticas, modos de vida e expectativas para o futuro entre as e os secundas. Durante o período das ocupações, meninas e meninos secundas vivenciaram o encontro com uma imensa diversidade de indivíduos, com modos de viver múltiplos, culturas distintas, gêneros variados e inúmeras expressões da sexualidade e do desejo. Diante dessa variedade de modos de vida, secundas receberam o convite para confrontar seus ideais e valores com outras vivências e perspectivas. Dentro da própria ocupação, as e os secundas puderam experimentar outras formas de viver, na qual podiam se expressar e buscar viver segundo suas vontades e convicções. As ocupações se regiam pelo respeito próprio, com o outro e com toda a diversidade que se apresentava naquela comunidade. Comunidade que se organizava, mesmo que temporariamente, sobre outros princípios, dentre eles o da alteridade, da ética da convivência feminista e da interseccionalidade.

[...] vários se conheceram lá dentro e tiveram coragem de se expor. Lá dentro tinha uma comunidade LGBT muito grande, muito forte, com influência. O R. é uma pessoa que não tem medo de viver do jeito que ele quer, do jeito que ele se sente. E ele influenciou muita gente. Ele conheceu muitas pessoas lá dentro. Igual eu falei, a C. virou o L. depois da ocupação, se descobriu homossexual. Muitas pessoas se descobriram. A T. está morando com uma mulher. Então, ela também se descobriu lá dentro. Na época da ocupação, namorava um menino. [...] Muitas pessoas descobriram que são capazes, que não precisam ter medo de

viver do jeito que querem e que amar não é um problema. E eu acho que também tem muita gente que se interessou por política, no caso, o I., e também o pessoal que estava de fora viu força. Então, mudou a vida deles no sentido de dar uma reanimada. Sabe, de ver que ainda vale a pena. Acho que nesse sentido influenciou na vida das pessoas. (Carolina de Jesus, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

As ocupações secundaristas se configuraram como um espaço de profundas reflexões acerca da sociedade, dos papéis sociais assumidos pelos indivíduos, suas interrelações e atravessamentos. Também foram lugar para processos reflexivos das meninas sobre si mesmas. Cada jovem que atuou durante as ocupações esteve exposta a uma infinidade de experiências, inclusive conflitos e confrontos, que geraram profundas mudanças em suas percepções acerca do mundo, das suas famílias, dos valores, sonhos, limitações e possibilidades de ser e de se fazer no mundo.

A partir dessas reflexões, as jovens iniciaram um processo de ressignificação de si mesmas, confrontando quem eram e como viviam até aquele momento com o que desejavam ser e como desejavam viver. Esse movimento interno operado pelas jovens, em especial, gerou mudanças significativas na sua percepção acerca do gênero ao qual se identificavam; no papel que desempenhavam na sociedade e nas suas expressões da sexualidade, do desejo e do afeto. Com esse entendimento sobre si mesmas, iniciaram um movimento em busca da coerência entre esses elementos com a sua própria vontade, rompendo assim com a predeterminação imposta pela inteligibilidade cultural, em um processo de negação e resistência em relação a essa imposição, construindo, para si mesmas, outras formas de expressão e vivências.

Butler (2019a) trata sobre como o gênero e a orientação sexual são constituídos. Para a autora, essa constituição só ocorre por meio de “atos”, discursos, movimentos, gestos corporais, papéis e encenações, que são repetidas ao longo do tempo, ao invés de um “eu” ou um “nós” essencial. Esta constituição se dá, sim, por uma relação de poder, em geral não percebida, por meio da qual a pessoa é moldada a serviço dos interesses reprodutivos, incorporando a estrutura binária dos gêneros. As jovens “secundas” demonstram em seus relatos como essa relação de poder se fazia presente em suas vidas antes das ocupações, e como suas identidades e expressões das vontades e do desejo eram subjugadas por esse poder, por meio das expectativas dos membros da família, ou pelos integrantes da escola, da igreja e outras instituições.

A partir das ocupações secundaristas e do reconhecimento de outras formas de pensar, agir, sentir e viver, é que as jovens conseguiram construir novas representações

de si mesmas, resistindo à dominação da matriz cisheteronormativa, que se impõe às individualidades e determinam a identidade e a orientação sexual de acordo com a genitália, buscando reproduzir a estrutura binária baseada dos gêneros.

Dessa forma, podemos interpretar que as mudanças na expressão do gênero e orientação sexual implementadas por essas meninas demonstram a existência da mutabilidade e da ausência de estabilidade relativa ao sexo, o gênero e o desejo. Eles se transformam ao longo do tempo, conforme a sociedade e suas mudanças culturais e sociais, devido justamente a sua qualidade de ser histórico.

A T. ocupou com a gente e hoje em dia ela se descobriu também. Ela e duas meninas - uma menina que estava na ocupação e a irmã dessa menina - montaram um coletivo feminista aqui em Poços e estão indo atrás. (Carolina de Jesus, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

Mesmo diante da imposição da matriz cultural cisheteronormativa, que regula e atribui identidades e papéis aos indivíduos, as meninas vivenciaram a subversão a essa imposição, por meio da experimentação da performatividade de gênero, ao invés da repetição das normas de gênero, cristalizadas e impostas pelas práticas regulatórias. Elas atuaram na perspectiva da ressignificação, negação e descontinuidade dessas práticas. Ao assumirem essa expressão disruptiva da performatividade do gênero, as jovens exemplificam como o gênero pode ser expresso de várias formas possíveis, seja pela repetição, pela ruptura ou pela repetição subversiva desse estilo. E essa expressão do gênero, vivenciado pelas jovens, demonstra como o gênero manifesto se afasta da noção de uma essência ou substância natural, anterior ou pré-discursiva, ao mesmo tempo que desvela e não nega a existência de identidades, práticas sexuais e/ou manifestações do desejo não correspondentes, disruptivas ou subversivas.

As jovens secundas puderam vivenciar durante as ocupações outros modos de viver e expressões de si, buscando assim uma coerência não com os padrões de inteligibilidade cultural, mas uma coerência em relação as suas vontades, desejos e a expressão de si mesmas e com o modo de vida que lhes garantiria felicidade e bem-estar. Esse processo pode ser reconhecido como uma tomada de poder sobre suas identidades e vidas, a partir da negação e subversão das formas de domínio e determinação exercidas por diversos setores da sociedade, incluindo a família, a escola e a igreja.

Para as jovens envolvidas nesse processo de “poder pessoal”, ou subjetivação do poder, não bastava apenas que as demandas de um grupo de pessoas fossem atendidas, ou que apenas parte de suas e seus colegas conseguissem conquistar esse poder pessoal; para elas a emancipação de todas e todos dos fatores que lhes traria limitações e/ou

prejuízos era um objetivo a ser seguido. As jovens envolvidas por esse pensamento demonstraram essa capacidade de ter empatia e solidariedade, desde a infância, e levaram esses princípios para dentro das ocupações, já com uma influência do feminismo interseccional.

E na escola, eu lembro uma vez que eu fiz amizade com menino e ele, assim, ele era mais afeminado, tinha voz mais fina e tinha suas brincadeiras. Todo mundo percebia que ele era gay e ele era muito humilhado e eu sempre o defendi. Ele sempre foi meu amigo. Eu sempre, desde pequena, me interessei por essa vida, sempre quis defender as minorias e também pela minha família, eu sempre precisei ser forte dentro de casa por causa disso, quando meu pai me assumiu. E aí, quando eu comecei a conhecer a família dele, que ele batia na minha madrasta, então, eu sempre quis defender, sempre vem a necessidade e sempre senti vontade de fazer isso. (Carolina de Jesus, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

[...] sobre política social, esse lado de empatia humana mesmo, aí eu já tinha um interesse disparado assim, brigava com todo mundo na escola. [...] A ocupação! A ocupação em si, toda. Eu falo que foi uma das melhores épocas da minha vida, a época que eu me senti mais viva. Assim, porque era um bombardeio de informações e um bombardeio de você passar informação também, e ali eu descobri muita coisa, muito interesse, muita empatia, igual ao negócio da tia da limpeza, de você limpar ali, você vê o lado dela. Já sabia assim na teoria, mas, na prática, é outra coisa. (Nakas, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

As ocupações secundaristas podem não ter alcançado os seus objetivos políticos, com a conquista das pautas explicitadas, contudo, ela alcançou outro objetivo, a conquista do poder pessoal e político entre suas e seus participantes. As meninas, secundas, em especial, vivenciaram um processo de apropriação das reflexões promovidas pelo feminismo, antes e durante as ocupações, o que permitiu o reconhecimento por parte delas da normatividade imposta às mulheres e o seu combate, criando assim uma fratura nessa estrutura de dominação e assujeitamento, permitindo que um processo de emancipação fosse estabelecido.

A emancipação vivenciada por essas meninas se deu por meio da criação de novas narrativas de si mesmas, a partir do acesso e implementação de práticas discursivas efetivamente feministas. Esse processo gerou outras possibilidades de subjetivação e de existência, finalmente livres das formas contemporâneas de controle biopolítico e, por conseguinte, da constituição de novos modos de expressão subjetiva, política e social. (Altheman; Marques, 2021).

É, a ocupação me deu muita energia. Vou te falar, eu me senti muito viva. Me deu muita energia e me deu muita empatia também, em

relação a tudo. Ao meio ambiente, ao meio social, às tias da limpeza. [...] Você andar na rua e ver o outro como uma pessoa e não como um oponente, como uma oposição. É, foi uma visão de mundo muito ampliada. E na prática você sente, não é? Já tinha esse pensamento, mas na prática você sente aquilo e você quer viver daquilo, então eu acho que influenciou demais na pessoa que eu me tornei depois disso. Então é uma coisa que você tem que continuar fazendo. [...] como eu vivi aquilo muito à flor da pele, eu falei: “Nossa! É isso que eu quero fazer, eu quero participar mais dessa vida política”. [...] Mas eu acho que a ocupação influenciou muito nesse meu interesse por movimentos. (Nakas, entrevista, Poços de Caldas, 2019).

[...] realmente a nossa forma de enxergar as coisas mudou a partir da ocupação, então isso é muito visível mesmo. O quanto que existe uma ligação por meio dessa história, por mais que seja uma vivência totalmente diferente em cada ocupação. (Elionor. Entrevista Belo Horizonte. 2019).

Novas narrativas de si mesmas foram constituídas pelas meninas durante as ocupações, fundadas por princípios feministas, aos quais tiveram acesso ao longo de suas vidas, mas que foram aprofundados e vividos durante o movimento das ocupações. A partir dessas novas narrativas de si, as jovens experimentaram um processo de emancipação em relação a identidades impostas e de expectativas vindas do seu entorno. Essas discussões em torno do feminismo levaram ao processo de desidentificação em relação às identidades impostas, corroborando para a criação de fissuras na ordem, gerando a desestabilização do lugar que parecia naturalizado, consensual e imutável. A partir dessas novas narrativas e do rompimento com essa ordem preestabelecida, baseada na matriz cisheteronormativa, as meninas tiveram a oportunidade de construir novas identidades para si, e assim se constituíram como sujeitas políticas, dotadas de direitos e livres do assujeitamento.

Esse processo de emancipação e constituição das meninas como sujeitas políticas, dotadas de direitos, se deu de forma individual, porém dentro da coletividade, como demonstra Butler (2019b), que destaca a importância da coalizão e da aliança dos indivíduos e grupos, a partir justamente, da união contra os elementos que as oprime, ou seja, a precariedade e as vulnerabilidades por elas partilhadas, com vistas a sua emancipação coletiva. Para a autora, a precariedade se constitui também como um elemento comum ou premissa para os sujeitos desenvolverem uma coalizão, uma assembleia ou uma aliança. Mesmo não considerando a identidade como premissa, para tal, a autora aponta que as políticas de aliança e coalizão pós-identitárias não se estabelecem como contrárias às identidades. “Se constituindo como formas de associação que destacam a interdependência e o caráter relacional e de formação da subjetividade,

isto é, são formas de ação que recusam as posições que se mantêm fechadas no interior de identidades definidas de maneira essencialista.” (Moresco, 2020. p. 168).

Butler (2019b) menciona que o reconhecimento - individual e coletivo - das vulnerabilidades e precariedades comuns não impede a existência e a expressão de contradições internas; essas, por sua vez, devem ser reconhecidas, as deixando intactas, sem que ocorra a busca por uma concordância ou universalidade; ao contrário disso, ela sugere o desenvolvimento de uma política democrática. Essa política democrática teria a função de constituir um movimento capaz de aglutinar diversos antagonismos entre suas e seus participantes, de modo que as diferenças sejam valorizadas e respeitadas. (Butler, 2019b).

Desta forma, podemos reconhecer que as meninas secundas, dotadas de poder político e livres do assujeitamento, foram capazes de desenvolver essa coalizão e aliança a partir das precariedades, estabelecendo relações democráticas com seus pares, com a valorização e reconhecimento da diversidade presente entre quem participava das ocupações e buscando alcançar coletivamente as suas demandas e objetivos. Isso não significou subsumir as pautas específicas de cada grupo, mas, sim, a adoção de um posicionamento de valorização das diferenças, permitindo a existência de múltiplas coalizões mesmo diante das divergências, com todas as pessoas unidas em oposição às formas de violências e em prol da conquista de suas demandas. (Butler, 2019b).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi desenvolver uma análise de nove entrevistas de meninas secundas mineiras, concedidas em 2019 para a pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016”, buscando compreender a subjetivação política vivenciado pelas meninas que atuaram nesse movimento, por meio do conhecimento dos seus ideais, motivações, expectativas e seus processos de autoconstituição como sujeitos políticos e sociais. Verificamos como foi a atuação das mulheres secundas, em destaque as posições e tarefas que assumiram, questionando se tais posições e tarefas guardavam relação com os papéis sociais e políticos normatizados pela sociedade, ou seja, se se estabeleceram como sua antítese ou reproduziram as práticas sociais dominantes. Também, fizemos a análise de como a experiência das ocupações influenciou na sua formação política e pessoal, observando como as temáticas do feminismo e do gênero lhes afetaram, bem como as tensões, conflitos, ameaças, perseguições, retaliações e processos de negação do movimento.

As ocupações secundaristas no Brasil foram marcadas pelo protagonismo feminino, no que diz respeito tanto ao número de participantes, expressivamente superior aos dos meninos, quanto na predominância feminina como linha de frente nas lutas e nas discussões, exigindo igualdade dentro das ocupações. No estado de Minas Gerais, não foi diferente. Essa predominância feminina e seu protagonismo na organização foi determinante para que as questões ligadas ao feminismo fossem intensamente colocadas em discussão durante as ocupações, o que influenciou a forma de organização do movimento, bem como a relação estabelecida entre seus pares e com a sociedade externa, constituindo assim uma ética da convivência feminista, baseada na igualdade, na empatia, na alteridade e no cuidado mútuo.

Os princípios e práticas do feminismo presentes no movimento das ocupações secundaristas em Minas Gerais permitiram que as meninas alcançassem a compreensão acerca de suas práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, e agissem com o intuito de libertar a si mesmas, a suas companheiras de luta e todas as outras mulheres em relação às culturas machistas e misóginas. Além disso, os ideais de igualdade fomentados pelo feminismo, durante as ocupações, levaram as meninas secundas à compreensão de outras formas de precariedade e vulnerabilidade vivenciados por grupos minoritários que compunham as fileiras do movimento, o que permitiu a reflexão e a busca pela emancipação coletiva desses grupos, como jovens LGBTQIAPN+, pobres e negras e negros, constituindo assim a prática do feminismo interseccional.

Referências

ALTHEMAN, F.; MARQUES, Â. C. S. Meninas em luta: processos comunicativos e estéticos das performances feministas no movimento secundarista. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, S. l., v. 15, n. 4, 2021.

GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I. B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v. 12, n. 1, p. 7–21, 2020.

GROPPO, L. A. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 4, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 18 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a. 287 p

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

D'ÁVILA, R. A. **“Lute como uma menina”**: as jovens nas ocupações de escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal no ano de 2016. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017. 196 p.

MORESCO, M. C. **Primavera secundarista feminista**: corporalidades, gêneros e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares no Paraná (2016/2). 2020. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil, 2020.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas margens do político**. Lisboa: KKYM, 2014.

SANTOS, A. P; MIRANDA, C. M. **“Lute como uma menina”**: questões de gênero nas ocupações das escolas de São Paulo em 2016. **Revista Observatório** 3, n. 6, p. 417-444. 2017.

SILVEIRA, I. B. **Lute como uma menina**: gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Alfenas. 2019.

Recebido em maio de 2024.
Aprovado em julho de 2024.